



Jucá (E), relator, e Mercadante (D), líder do governo, examinam a proposta que será decidida pelo Plenário

MAIS FORÇA PARA AS CPIs

Consultorias e *software* ajudarão a rastrear dinheiro

CPI dos Correios quebra sigilo de 12 corretoras

Irmãos de Daniel serão acareados com Carvalho

Ex-presidente da Casa da Moeda nega saques

Páginas 3 a 5

MP do Bem deve ser votada hoje

O Plenário do Senado deve votar hoje a MP do Bem, de acordo com o relator da proposta, Romero Jucá, e o líder do governo na Casa, Aloizio Mercadante. Eles se reuniram ontem com os líderes do PSDB, Arthur Virgílio, e do PFL,

José Agripino, e anunciaram que houve acordo de procedimentos para garantir a votação. Com esse mesmo objetivo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou uma reunião de lideranças para hoje, a partir das 10h30. **Página 8**

Sem acordo, CCJ examina hoje projeto sobre florestas

Em reunião com líderes partidários, Marina Silva pede aprovação do texto original, mas Mozarildo Cavalcanti insiste em mudanças. **Página 8**

Presidente de Cabo Verde visita Congresso

Em visita oficial ao Brasil, o presidente da República de Cabo Verde, comandante Pedro Verona Rodrigues Pires, foi recebido ontem no Congresso Nacional pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros (foto). Esta é a segunda visita que o presidente de Cabo Verde faz ao Brasil durante o governo do presidente Lula. Em contrapartida, o país africano, de língua portuguesa, já foi visitado por Lula e pelos ministros da Cultura, Gilberto Gil, e das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O presidente Pedro Pires deseja incrementar as negociações em torno de temas de cooperação bilateral, especialmente quanto à participação brasileira na instalação da Universidade de Cabo Verde.



Geraldo Magela

Serys pede que MEC solucione greve nas universidades



Serys

Serys Shlessarenko (PT-MT) fez apelo para que o Ministério da Educação (MEC) dê uma solução rápida para a greve das instituições federais de ensino superior, que já dura dois meses, atendendo às "justas reivindicações" de seus professores e servidores.

Os professores reivindicam reajuste de 18%; plano de carreira; incorporação das gratificações por seu valor mais alto; retomada de anuênios; implantação imediata da classe especial e de professores associados; e concurso público para preenchimento dos cargos, enumerou a senadora.

Os professores reivindicam reajuste de 18%; plano de carreira; incorporação das gratificações por seu valor mais alto; retomada de anuênios; implantação imediata da classe especial e de professores associados; e concurso público para preenchimento dos cargos, enumerou a senadora.

Tebet homenageia violeira Helena Meirelles



Tebet

Ramez Tebet (PMDB-MS) homenageou ontem a violeira Helena Meirelles, que morreu na última semana, aos 81 anos de idade, em decorrência

de parada cardiorrespiratória.

– Faleceu aquela que era a primeira-dama brasileira da viola – disse o senador, lembrando que a violeira era natural de Mato Grosso do Sul. Ele recordou a trajetória de Helena Meirelles ao informar que, embora tenha começado a tocar viola ainda criança, ela só ficou conhecida depois dos 60 anos de idade.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Exploração de florestas públicas na pauta do Plenário

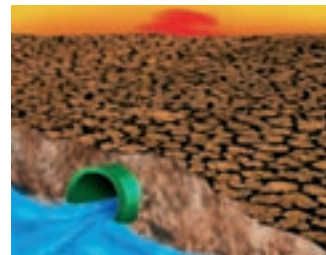
A sessão de hoje, às 14h, é deliberativa. Em regime de urgência, projeto que estabelece novo modelo da exploração de florestas públicas, ainda pendente de decisão da Comissão



de Justiça (CCJ). A idéia é instituir regras para o uso racional e sustentável das florestas. O Plenário precisa, antes, analisar medidas provisórias para deliberar sobre a proposta.

Estudo da ANA traz alternativas para o semi-árido

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) recebe do presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, o Atlas de Obras Prioritárias para a Região Semi-Árida, em café da manhã marcado para as 8h30. O trabalho da ANA identifica as alternativas de abastecimento de água na região. Às 9h, a Comissão de Justiça (CCJ) deve votar o projeto do novo modelo de gestão de florestas (PLC 62/05), que segue para o Plenário.



Mensalão ouve mais um dos sacadores da lista de Valério

A CPI do Mensalão tem reunião administrativa às 10h e, às 11h30, ouve José Luiz Alves, ex-diretor financeiro do Ministério dos Transportes e um dos sacadores

citados na lista de Marcos Valério. Às 9h, a comissão que acompanha as investigações da CPI da Exploração Sexual promove audiência com procuradores.

Depoimento de suposto doleiro do PT na CPI dos Correios

Às 10h, a CPI dos Correios ouve o doleiro Dario Messer, acusado por Toninho da Barcelona de ser o responsável pela movimentação de recursos do caixa dois

do PT no exterior. Para continuar investigando o curso do dinheiro para o Brasil, a CPI já quebrou os sigilos de corretores por onde passaram recursos do "valerioduto".

CPI dos Bingos promove superacareação

Todos os envolvidos nas denúncias de pagamento de propina ao PT, na renovação do contrato da multinacional de jogos Gtech com a Caixa Econômica Federal, ficam frente a frente, hoje, na reunião da CPI dos Bingos, às 11h30. Participam da acareação Waldomiro Diniz, Carlinhos Cachoeira, Rogério Tadeu Buratti, Enrico Gianelli e Marcelo Rovái.



Dívidas rurais em análise

Na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30, projeto que alonga as dívidas contraídas em função de crédito rural. Outra proposta a ser analisada define a inclusão das áreas de preservação permanente, existentes em propriedades rurais, no cálculo das reservas legais.

CRE define novo presidente

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se às 11h30 para definir novo presidente. Ao sair do PT, Cristovam Buarque perdeu o lugar na Mesa da comissão. O critério da proporcionalidade e os acordos partidários determinam que a presidência da CRE deve ser ocupada por um petista.

Projeto que estimula teste do pezinho passa em comissão

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de iniciativa do senador Flávio Arns (PT-PR) que institui o Dia Nacional do Teste do Pezinho, a ser celebrado anualmente em 6 de junho. O objetivo da proposta (PLS 190/05) é conscientizar a população sobre a importância do Programa Nacional de Triagem Neonatal, de acordo a relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE). Realizado em recém-nascidos, o teste do pezinho permite a identificação e o tratamento precoce de doenças como a fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, fibrose cística e anemia falciforme, que podem provocar retardo mental.

Os senadores da CE também aprovaram projeto (PLS 224/05) da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que autoriza o Executivo a criar a Universidade Federal do Vale do Tocantins (Univat), no município maranhense de Imperatriz. A instituição será criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), conforme determina uma das duas emendas apresentadas pelo relator da proposta, Edison Lobão (PFL-MA). A matéria teve decisão terminativa.

Outra matéria aprovada pela comissão em caráter conclusivo é o projeto (PLS 099/05) do senador Marco Maciel (PFL-PE) que estabelece critérios e limites para a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. O livro encontra-se depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade, em Brasília, e se destina ao registro perpétuo de nomes de brasileiros que tenham oferecido a vida à nação "com excepcional dedicação e heroísmo".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich

(61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Ramez Tebet, César Borges, Paulo Paim, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Antônio Carlos Valadares e Luiz Otávio

Ex-presidente da Casa da Moeda nega saques nas contas de Valério

Ao depor ontem na CPI do Mensalão, o ex-presidente da Casa da Moeda Manoel Severino dos Santos negou ter feito qualquer um dos quatro saques, no valor total de R\$ 2,7 milhões, constantes da lista de sacadores das contas de Marcos Valério. Conforme documentos em poder da comissão, essas retiradas teriam sido efetuadas entre agosto de 2003 e julho de 2004.

Severino dos Santos confirmou ter sido tesoureiro da campanha de Benedita da Silva ao governo do Rio de Janeiro em 2002. Segundo informou, os R\$ 2,7 milhões gastos na campanha foram totalmente contabilizados e arrecadados integralmente no Rio de Janeiro. Ele considerou “uma coincidência” o fato de os valores dos gastos de campanha e dos saques nas contas de Marcos

Valério registrados em seu nome serem equivalentes.

O depoente reconheceu terem restado “algumas pequenas dívidas de valor global inferior a R\$ 100 mil, relativas a tarefas de agradecimento de eleitores”. Disse ter pedido ajuda ao então tesoureiro nacional do PT Delúbio Soares para saldar esses débitos e delegado sua quitação a Carlos Manoel da Costa Lima, membro do PT, uma vez que se preparava para assumir a presidência da Casa da Moeda.

Em relação a Marcos Valério, admitiu ter-se encontrado sete vezes com o empresário entre 2003 e 2004, mas não para tratar de dinheiro ou campanha eleitoral.

– Falamos sobre a retomada das atividades da Casa da Moeda no fabrico de cartões indutivos de telefone – garantiu.



Manoel Severino dos Santos (D), ex-presidente da Casa da Moeda, presta depoimento

Amir Lando: explicações de Manoel Severino são inconcebíveis

O presidente da CPI do Mensalão, senador Amir Lando (PMDB-RO), disse ser inconcebível que a relação existente entre o empresário Marcos Valério e o ex-presidente da Casa Moeda do Brasil Manoel Severino dos Santos não tivesse algum interesse até agora não comprovado. Ele acrescentou que, pela importância do cargo de presidente da empresa responsável pela emissão de todo o dinheiro que circula no país, a relação de Manoel Severino com Marcos Valério era promíscua.

Dos sete encontros que admitiu ter mantido com o empresário mi-

neiro, Manoel Severino revelou que três deles foram realizados no Hotel Glória e um no restaurante 14 Bis do Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. Os demais, na própria sede da Casa da Moeda. Os assuntos tratados, declarou, foram a possibilidade de o empresário fazer campanhas políticas no Rio ou estabelecer negócios com a Casa da Moeda.

Os integrantes da CPI ficaram surpresos com o fato de Manoel Severino ter pedido a Marcos Valério para ir à Casa da Moeda conversar sobre a intermediação de um contato com a Brasil Telecom.

“Por se tratar de uma investigação política extraordinária, darei todo o suporte técnico, político e financeiro necessário”, afirma o presidente do Senado, Renan Calheiros



Renan (C) preside a reunião com os dirigentes das CPIs; da esquerda para a direita, Abi-Ackel, Delcídio, Efraim e Serraglio

Senado vai contratar consultorias e adquirir software para CPIs

Após reunião com presidentes e relatores das comissões parlamentares de Inquérito (CPIs) dos Correios, do Mensalão e dos Bingos, o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem a decisão de contratar duas empresas de consultoria indicadas pelas CPIs e comprar *software* capaz de fazer o cruzamento dos dados obtidos nas investigações. As empresas são especializadas na análise, no rastreamento e na perícia de documentos bancários, fiscais e telefônicos. Renan disponibilizou ainda cinco consultores do Senado para cada CPI e uma área da biblioteca para abrigar técnicos e documentos.

– O Senado tem orçamento para isso. Fizemos economia, e, por se tratar de uma investigação política extraordinária, darei todo o suporte técnico, político e financeiro necessário – assinalou Renan.

O presidente do Senado afirmou que a necessidade de prorrogação do prazo das CPIs será definida com o andamento das investigações. Em entrevista no início da noite de ontem, Renan

Calheiros defendeu, caso necessário, a prorrogação dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito, inclusive com funcionamento no recesso parlamentar de janeiro.

– Só o andamento das investigações é que vai dizer da necessidade ou não de prorrogar os trabalhos. Nós vamos fazer o que for preciso.

Convocação

Renan destacou ainda que, em caso de autoconvocação do Congresso Nacional, pode ser buscado um acordo para que somente as CPIs funcionem no período de recesso.

– Mas, se houver necessidade de convocar, para que o Congresso funcione também, nós vamos convocar. A única maneira de o Senado reaver a confiança da população é pelo esclarecimento e pela punição dos culpados.

Ele ressaltou que a sociedade tem cobrado respostas e que as CPIs precisam descobrir de onde veio o dinheiro já encontrado. E observou que a corrupção tem duas pernas e uma delas é a origem do dinheiro.

– Precisamos saber quem abasteceu as contas, se é dinheiro público ou se veio do exterior. Essa é uma investigação complexa e intrincada, precisamos disponibilizar os meios para levá-la adiante.

Renan também saiu em defesa do trabalho já realizado pelas CPIs. Lembrou que quatro pessoas já foram punidas e um relatório conjunto foi enviado, há mais de um mês, para a Corregedoria da Câmara dos Deputados.

A expectativa do presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), é de que as três empresas de consultoria interessadas nesse contrato apresentem suas propostas até amanhã. Renan Calheiros informou que hoje haverá reunião com a assessoria técnica do Senado Federal para definir o reforço no quadro de pessoal.

Segundo Delcídio, ficou acertado que a CPI do Mensalão vai trabalhar principalmente no rastreamento de recursos de fora do país e a CPI dos Correios vai complementar com o rastreamento no Brasil.



Agripino pede apoio da sociedade

O líder do PFL, José Agripino (RN), alertou para o risco de as CPIs não alcançarem os culpados de corrupção. Ele pediu a participação de entidades da sociedade civil para cobrar resultados das investigações.

O senador relatou o recebimento da comenda Mérito Maçônico, da loja maçônica de Mossoró (RN), no último dia 30. Na ocasião, foi informado de que maçons de todo o país preparam um grande ato contra a corrupção, a ser realizado em Brasília. “Nós, da oposição, estamos precisando da manifestação da sociedade brasileira”, disse Agripino.



Tuma rebate afirmações de Lula

Romeu Tuma (PFL-SP) rebateu ontem as palavras do presidente Lula, para quem está havendo uma onda de “denuncismo” no país, sem que haja a comprovação das acusações. Tuma disse que não achou a palavra no dicionário, que explica, no entanto, que o sufixo “ismo” é usado geralmente em tom jocoso e depreciativo. Para o senador, que entende que “denuncismo denota avacalhação”, é preciso fazer a defesa das comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Congresso, que apenas buscam a verdade.



Roosevelt Pinheiro
Virgílio: "Quero pedir ao presidente que não abuse da nossa paciência com seu cinismo"

Virgílio critica Lula por negar a corrupção

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), voltou a criticar em Plenário declarações do presidente Lula. Desta vez, a censura foi pela afirmação de que as acusações de corrupção contra seu governo e o PT não passam de "denuncismo".

– Quero pedir ao presidente que não abuse de nossa paciência com seu cinismo. Se fosse tudo denunciado, ninguém precisaria ter sido demitido, ninguém teria que ter pago algum preço – disse o senador, lembrando que vários funcionários do Executivo deixaram seus cargos devido a acusações de corrupção.

José Jorge: governo sempre foi contra CPI

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), contestou a avaliação do presidente Lula de que a CPI dos Bingos estaria perdendo o foco das investigações. Lula teria feito o comentário em alusão à convocação de seu chefe de gabinete, Gilberto Carvalho, para participar de uma acareação com os irmãos do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, João Francisco e Bruno Daniel. O requerimento de acareação foi aprovado ontem pela comissão.

– Na realidade, o governo sempre foi contra a CPI dos Bingos. Para nós iniciarmos os trabalhos, tivemos de recorrer ao STF.

Em aparte, o relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves (PMDB-RN), argumentou que a comissão não pode deixar de investigar o caso Santo André.

Senador Delcídio Amaral resolve permanecer na presidência da CPI dos Correios, que retoma normalidade; contratos da Rede Postal Noturna causam à ECT prejuízo estimado em R\$ 64 milhões

CPI dos Correios aprova convocações e quebra sigilos de 12 corretoras

Depois de duas semanas sem conseguir acordo para qualquer deliberação, a CPI dos Correios aprovou a quebra do sigilo bancário de 12 corretoras que operaram recursos dos fundos de pensão, incluída a Bônus-Banval Corretora de Câmbio. A quebra de sigilo alcança outras três empresas que compõem o grupo Bônus-Banval (Commodities; Participações; e Empreendimentos), além dos controladores da empresa, Breno Fischber e Emivaldo Quadrado.

A comissão determinou a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do doleiro Najun Turner, de sua empresa, a Natimar, e de sua mulher, Deusa Maria Costa Silva, que recebeu recursos da Bônus-Banval. A empresa fez pagamentos a deputados do PL. Turner foi em 1992 um dos artífices da chamada "Operação Uruguai", empréstimo de US\$ 5 milhões utilizado pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello para justificar gastos de campanha. Preso em março último, Turner foi condenado a dez anos de prisão.

A CPI aprovou ainda a convocação do doleiro Adalberto Youssef; do ex-presidente dos Correios João Henri-



Delcídio Amaral (à direita, ao lado de Osmar Serraglio) preside a reunião da CPI dos Correios

que de Almeida Souza; do presidente da empreiteira GDK, César Oliveira; e do diretor de Exploração e Produção da Petrobras, Guilherme de Oliveira Estrella. Oliveira irá esclarecer os motivos que o levaram a dar de presente ao ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira um jipe Land Rover.

Também foram aprovados o depoimento do ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) Lídio Duarte e a quebra de sigilo da empresa Beta, de seus dirigentes, Io-

annis Amerssonis e Marli Pasqualetto Amerssonis, e de Antônio Augusto Morato, da Transmodal. A Aeropostal Brasil Transporte Aéreo e seu sócio controlador, Roberto Kfourri, também tiveram os sigilos bancário, fiscal e telefônico abertos.

Os parlamentares acolheram pedido de informações sobre os sócios do Opportunity Fund e solicitaram que a Polícia Federal repasse as informações contidas no *hard disc* apreendido na sede do Opportunity.

Delcídio permanece na presidência

Sem muitos conflitos, apesar de longa, a reunião administrativa da CPI dos Correios marcou o "dia do fico" do presidente da comissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que ameaçou abandonar o posto caso persistisse a manobra para tentar paralisar os trabalhos da CPI. Ele recebeu cobranças, especialmente da oposição, por ter se afastado na semana passada para resolver pendências regionais.

– A Mesa está satisfeita com o andamento dos trabalhos no dia de hoje – disse.

A briga entre a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) parece ter chegado ao fim, depois das desculpas do deputado e da retirada das acusações de que Ideli "é mentirosa".

Ainda ontem, Delcídio se encontrou com representantes das empresas de consultoria. Ele disse que pretende finalizar amanhã a escolha das vencedoras – talvez sejam duas.

Glênio Guedes afirma que indícios de irregularidades são coincidências

O procurador da Fazenda Nacional Glênio Guedes depôs na Sub-Relatoria de Movimentação Financeira da CPI dos Correios, onde se defendeu das acusações de ter recebido dinheiro de Marcos Valério Fernandes, acusado de ser o operador do "mensalão", para beneficiar o Banco Rural em julgamentos na Procuradoria da Fazenda Nacional. Segundo o sub-relator Gustavo Fruet (PSDB-PR), a comissão encontrou mais de R\$ 1 milhão depositados em conta da família de Guedes pela empresa Tolentino e Melo, ligada

a Marcos Valério e que tem entre seus clientes os bancos BMG e Rural.

Guedes disse que os recursos recebidos da Tolentino e Melo representavam um "acerto de contas entre escritórios de advocacia". Segundo afirmou, a empresa Tolentino e Melo, que pertence a Rogério Tolentino, sócio de Marcos Valério, é um escritório de advocacia que faz "consultoria empresarial e comercializa créditos" e teria contratado o escritório de advocacia do pai dele, Ramon Prestes Guedes de Moraes.



Procurador Glênio Guedes (D) presta informações ao deputado Gustavo Fruet, sub-relator

Contratos dão à ECT prejuízo de R\$ 64 milhões

Os contratos assinados entre a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e as empresas de transporte aéreo Beta e Skymaster para operar na Rede Postal Noturna (RPN) deram prejuízos de R\$ 64 milhões à estatal. A cifra foi revelada ontem pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR).

Serraglio divulgou relatório parcial com a análise dos contratos dessas empresas com os Correios e constatou que houve um "conluio": desde 2000, elas operam em conjunto, no que foi chamado de "acordo operacional" por seus dirigentes, subcontratando metade dos serviços de uma quando a outra ganhava a licitação. Dessa forma, nenhuma tinha prejuízo. Mais: os pregões anuais só eram realizados com as duas empresas ou por outras de fachada, como a Aeropostal, que nem sequer tem certificado de homologação junto ao Departamento de Aviação Civil.

Adiados depoimentos em sub-relatorias

Depoimentos previstos para ontem em duas sub-relatorias da CPI dos Correios foram adiados.

A Sub-Relatoria de Contratos – que ouviria Marco Antônio Vieira da Silva, diretor regional dos Correios em São Paulo, e dois franqueados dos Correios – não realizou reunião ontem. Também não ocorreu a reunião da Sub-Relatoria do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), que ouviria o presidente da InterBrazil, André Marques da Silva.

Para hoje, está previsto depoimento do doleiro Dario Messer, mas, segundo o presidente da CPI, não está confirmada a presença do depoente. Amanhã, deve ocorrer reunião administrativa da CPI pela manhã e, à tarde, estão previstas oitivas conjuntas das três sub-relatorias.



Eduardo Azeredo lamenta a pressão do governo para regionalizar a CBTU

Azeredo critica transferência de gestão de metrô

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou ontem a proposta do governo federal de apressar a regionalização das superintendências da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU) e a transferência da gestão do metrô de Belo Horizonte para o governo de Minas Gerais e a prefeitura da capital mineira.

– A grande preocupação está na possibilidade de isso ocorrer antes de o governo federal garantir investimentos significativos para conclusão da Linha 1 e expansão do metrô belo-horizontino – alertou.

Capiberibe pede apoio para o Maranhão

O senador João Capiberibe (PSB-AP) pediu apoio dos demais senadores no sentido de aprovar operação de crédito em favor do governo do Maranhão com o Banco Mundial (Bird). O pedido de empréstimo, no valor de US\$ 30 milhões, já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com parecer favorável do senador Rodolfo Tourinho (PFL-BA). Segundo Capiberibe, desde dezembro de 2004 a matéria está parada.

– Os recursos serão destinados ao Projeto de Redução da Pobreza Rural, do governo do Maranhão. Além de financiar investimentos produtivos e elevar a renda da população rural do estado, os recursos serão aplicados nas áreas de saúde, educação, saneamento, cultura e, inclusive, preservação ambiental – afirmou Capiberibe.

Hoje tem acareação entre cinco envolvidos no caso Gtech. CPI adia a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. E Greenhalgh mantém a posição sobre o assassinato de ex-prefeito

CPI aprova acareação de Gilberto Carvalho com irmãos de Celso Daniel

A CPI dos Bingos aprovou ontem requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) propondo acareação entre o chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, e Bruno e João Francisco Daniel, irmãos do ex-prefeito de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002. A data da acareação ainda não foi definida.

Em depoimento à CPI, João Francisco sustentou que Gilberto Carvalho, ex-assessor da prefeitura na gestão de Celso Daniel, revelou detalhes sobre o esquema de corrupção no município após a morte do prefeito petista. Segundo o irmão de Daniel, a operação envolvia, basicamente, recebimento de propina pela prefeitura para pagamento de campanhas eleitorais do PT. João Francisco informou que o seu

irmão – Bruno – havia testemunhado a conversa.

A CPI aprovou ainda a convocação do juiz João Carlos da Rocha Mattos, preso há um ano e 11 meses sob acusação de vender sentenças judiciais. Após ouvir fitas gravadas entre janeiro e março de 2002 sobre o assassinato de Celso Daniel, Rocha Mattos teria acusado Gilberto Carvalho, em entrevista à revista *Veja* desta semana, de fazer gestões para encobrir o caso Santo André.

Hoje, a partir das 11h, a CPI dos Bingos realiza acareação entre os cinco envolvidos no chamado caso Gtech, que culminou com a renovação de contrato de R\$ 650 milhões, em 2003, entre a empresa e a Caixa Econômica Federal para gerenciamento do sistema de loterias. Participam

da acareação Carlinhos Cachoeira, Marcelo Rovai, Rogério Buratti, Waldomiro Diniz e Enrico Gianelli.

E com o apoio da própria oposição, a CPI dos Bingos adiou ontem a convocação de depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho. A votação do requerimento do senador Geraldo Mesquita Júnior – que pedia a convocação do ministro – irá aguardar nova oportunidade para entrar na pauta de votações.

Foi aprovado ainda requerimento de Tião Viana (PT-AC) convocando o empresário Nagib Fayad, acusado de ser o mentor da chamada “máfia de apito”. Os membros da CPI rejeitaram, no entanto, a convocação do árbitro Edílson Pereira de Carvalho, que admitiu receber propina para manipular resultados de partidas de futebol.

Greenhalgh reafirma que assassinato foi crime comum

Durante mais de cinco horas de depoimento à CPI dos Bingos, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) manteve ontem sua afirmação de que o assassinato do prefeito Celso Daniel foi um crime comum. O deputado disse não acreditar que Celso estivesse envolvido em esquema de corrupção na prefeitura. Greenhalgh recordou que, no início, não afastava a hipótese de crime político. Entretanto, com o andamento das investigações, concluiu que o crime era comum.

Greenhalgh, que depôs como convidado, registrou que o crime foi investigado por nove delegados, sendo três da Polícia Federal, além de cinco promotores de Justiça. Para ele, Sérgio Gomes, acusado de ser um dos mandantes do crime, não teve participação no assassinato e simplesmente teria se acovardado no dia do crime. Sérgio

estava junto com Celso quando o carro foi abordado pelos bandidos.

– O Sérgio, que era segurança e motorista, amarelou, ficou intimidado, paralisado – declarou o deputado.

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) disseram acreditar que Sérgio participou do crime e que havia corrupção na prefeitura.



Ao lado de Efraim Morais e Garibaldi Alves, Greenhalgh depõe por cinco horas como convidado

Contratos de adesão podem ter caracteres maiores

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) exigindo que os contratos de adesão passem a ser impressos em caracteres superiores ao corpo dez. O PLS 192/05 altera o Código do Consumidor (Lei 8.078/90) e tem a finalidade de facilitar a compreensão das obrigações assumidas pelo consumidor.

Paim explicou que o projeto foi inspirado na proposta do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que determinou tamanho mínimo para impressão de bulas de medicamentos.

– É comum o uso de caracteres minúsculos nos instrumentos de contratos disponibilizados no mercado de consumo, o que dificulta sensivelmente a leitura das cláusulas contratuais e a compreensão das obrigações assumidas – justificou Paim.

A relatora, senadora Serys Slhes-

sarenko (PT-MT), salientou que a medida visa coibir abusos cometidos por parte dos fornecedores de produtos ou serviços.

Também foi aprovado pela comissão projeto de autoria do senador Demostenes Torres (PFL-GO), em forma de substitutivo, que obriga o fornecedor a disponibilizar ao consumidor, no momento da reclamação, enquanto o produto estiver em reparo, outro objeto idêntico ou similar ao adquirido.



Proposta de Motta veda concessão de crédito presumido em operações de exportação

Motta quer desonerar obras municipais

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) pediu o apoio dos senadores para a PEC 9/05, de sua autoria, que desonera os municípios de qualquer tipo de tributação, pelo prazo de dez anos, nas obras de infra-estrutura, com o objetivo de construir escolas e estradas a um custo mais barato.

A proposta de Motta também veda a concessão de isenções, a redução de base de cálculo ou concessão de crédito presumido em operações que envolvam exportação de produtos primários, já que estes não geram emprego e não agregam valor.

Paim aplaude Projeto Escola de Fábrica

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem a publicação no *Diário Oficial da União* (DOU) da Lei nº 11.180/05, que institui o Projeto Escola de Fábrica, voltado à formação profissional de jovens de baixa renda. De iniciativa do governo federal, o programa pretende formar parcerias com empresas para profissionalização desses jovens a partir da abertura de salas de aula nos locais de trabalho.

Segundo Paim, está prevista a abertura de 164 cursos no Rio Grande do Sul, que deverão beneficiar cerca de 2.550 alunos. A idéia do projeto é oferecer cursos de serviços turísticos, jardinagem e paisagismo, construção civil e nutrição.

O senador elogiou o projeto, mas lamentou que os programas sociais do governo federal esbarrem na falta de investimentos.

Dom Luiz Flávio Cappio mantém protesto contra o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Em Plenário, senadores pedem solução urgente

Senadores temem morte de bispo em greve de fome há dez dias

A greve de fome de dom Luiz Flávio Cappio em protesto contra a transposição de águas do rio São Francisco, que já dura dez dias, tem sido motivo de grande preocupação entre os senadores. Nos discursos ontem em Plenário, todos apelaram para que a situação tenha uma solução urgente. A maioria, no entanto, apóia o protesto do bispo de Barra e pede ao governo que

suspenda o projeto. Heloísa Helena (PSOL-AL), Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), Almeida Lima (PMDB-SE) e Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendem a realização de obras de revitalização do rio e a retomada da discussão sobre as mudanças no rio. Já Ney Suassuna (PMDB-PB) vê vantagens na transposição e pede a dom Luiz Flávio que interrompa o protesto.



Para o religioso, obra no São Francisco prejudicará as populações que dependem do rio



Suassuna diz não compreender as razões para a atitude do religioso



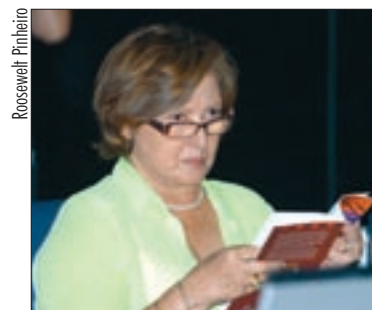
Segundo Heloísa, consulta popular seria a forma mais democrática de debate



Teotonio informa que dom Luiz Flávio já apresenta sinais de debilidade orgânica



"Projetos dessa ordem levam à destruição dos próprios rios", diz Almeida Lima



Maria do Carmo: "Dom Luiz coloca a vida em risco para evitar o sacrifício de muitos"

Suassuna implora pelo fim da greve de fome de dom Luiz

"Só me resta implorar para que a razão prevaleça e dom Luiz Flávio Cappio renuncie a esse sacrifício doloroso, deixando florescer a sua vida, que sempre esteve generosamente colocada a serviço do próximo." Com essas palavras o senador Ney Suassuna pediu ao bispo da Diocese de Barra que interrompa a greve de fome contra a transposição de águas do rio São Francisco.

O senador disse não conseguir compreender ou aceitar a atitude de dom Luiz Flávio. Ele classificou a transposição como um projeto redentor que, mais do que levar água, observou, levará esperança de vida mais digna à população do semi-árido.

Suassuna afirmou ter estranhado nota da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) na qual o presidente da entidade, dom Geraldo Majella, pede ao presidente Lula o adiamento das obras de transposição. O parlamentar afirmou ter ficado sabendo, em conversa com dom Aldo Pagotto, arcebispo de João Pessoa, que não existe posição de consenso sobre o assunto dentro da Igreja Católica.

Heloísa sugere plebiscito sobre a transposição

A senadora Heloísa Helena homenageou ontem, dia de São Francisco de Assis, o bispo dom Luiz Flávio Cappio, que completou 59 anos em meio a uma greve de fome que já dura dez dias. Heloísa prestou solidariedade ao religioso e sugeriu a realização de um plebiscito para decidir sobre a implementação do projeto.

– O plebiscito é a forma mais democrática de realizar o debate sobre os argumentos contrários e favoráveis – sustentou.

A parlamentar afirmou que o projeto visa atender aos interesses dos "grandes latifundiários da agricultura de exportação" e das empreiteiras. Para ela, a transposição desrespeita de forma "totalitária e intolerante" a legislação brasileira de recursos hídricos.

Heloísa Helena classificou o projeto do governo como "uma farsa" e disse que nenhuma das medidas previstas para revitalizar o rio São Francisco foi iniciada. Segundo observou, apenas 3% da população nordestina seria beneficiada com a obra. Na opinião da senadora alagoana, há alternativas mais baratas que a transposição.

Teotonio pede a Lula que receba familiares do bispo

Teotonio Vilela Filho teme que dom Luiz Flávio Cappio morra em decorrência da greve de fome que realiza há dez dias. Ao lembrar que o bispo reivindica apenas a suspensão do início das obras e a retomada da discussão do assunto com os moradores das áreas banhadas pelo rio, o senador pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que receba em audiência os familiares do religioso.

Depois de visitar o bispo da Diocese de Barra em companhia dos senadores César Borges (PFL-BA) e Heloísa Helena, Teotonio Vilela Filho notou que o religioso já apresenta sinais visíveis de profunda debilidade orgânica, embora ainda mantenha uma rotina quase normal de trabalho.

– Temo pelo pior. Dom Luiz Flávio Cappio fez seus irmãos e familiares jurarem que, mesmo inconsciente, ele não será medicado nem hospitalizado – comentou.

Em apartes, os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Ramez Tebet (PMDB-MS) apoiaram o apelo de Teotonio.

Para Almeida Lima, o projeto fere de morte a natureza

Almeida Lima manifestou "irrestrita solidariedade" ao bispo da Diocese de Barra, dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome em protesto contra a transposição de águas do rio São Francisco. Para o parlamentar, esse projeto é um crime contra Deus, porque fere de morte a natureza e contraria sua harmonia.

– Está mais do que comprovado que projetos dessa ordem em todo o mundo vieram contra a natureza e levaram à destruição dos próprios rios. Hoje se fala no efeito estufa, que nada mais é do que a agressão do homem à natureza, à harmonia – considerou.

Almeida Lima acredita que o governo federal deveria tratar dessa questão com sensibilidade, pois, além da vida do religioso, que estaria correndo risco, é preciso pensar no destino dos sertanejos, ribeirinhos e nordestinos de modo geral.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu a necessidade de se preservar a vida do bispo. Ele sugeriu ao governo que implemente uma nova rodada de estudos e discussões sobre o projeto.

Maria do Carmo defende obras de revitalização do rio

Maria do Carmo Alves foi ontem à tribuna pedir que o governo federal adie o projeto de transposição de águas do rio São Francisco. Ela solidarizou-se com o bispo dom Luiz Flávio Cappio, que está há dez dias na cidade de Cabrobó, em Pernambuco, onde faz greve de fome para protestar contra o projeto.

– Dom Luiz Flávio coloca a vida em risco, como fez Jesus, para evitar o sacrifício de muitos. É um ato de amor e esperança para alguns e de desespero para outros – observou a senadora, lembrando que o bispo é um estudioso do rio.

Maria do Carmo ponderou que alguns, como ela, acreditam que é necessário promover a revitalização do rio antes da sua transposição, enquanto outros argumentam que é possível fazer as duas coisas simultaneamente. Para a senadora, tendo em vista a greve de dom Luiz Flávio, é melhor suspender a transposição, mesmo que provisoriamente, e promover, de imediato, a revitalização.

A senadora avaliou que, até agora, o projeto só conseguiu dividir os nordestinos.

Projeto pode levar à morte do rio, dizem os senadores contrários à obra. Já os que são a favor garantem que ações de revitalização serão feitas

Transposição de águas do São Francisco divide opiniões

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu ontem em Plenário que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva busque junto à CNBB a mediação para solucionar o impasse sobre a greve de fome de dom Luiz Flávio. Os senadores pelo PFL da Bahia Antonio Carlos Magalhães

e César Borges criticaram a atitude do governo de prosseguir com o projeto de transposição de águas do São Francisco. Antonio Carlos quer que o Congresso decida sobre a obra e César Borges acusa o Executivo de tentar dividir os nordestinos. Já os representantes do Rio Grande do Norte

Fernando Bezerra (PTB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB) condenam a atitude do bispo e afirmam que o projeto de transposição será benéfico para a população. Garibaldi defende esforços para prevenir danos ambientais que possam colocar em risco a produção de energia elétrica.



Valadares sugere que o presidente peça à CNBB apoio na busca de entendimento

Valadares pede a Lula que abra diálogo com bispo

Antônio Carlos Valadares fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que abra o diálogo com o bispo de Barra, dom Luiz Flávio Cappio, que está em greve de fome contra o projeto de transposição de águas do rio São Francisco e pela implantação de obras que promovam sua revitalização.

Valadares ressaltou que o religioso “está trocando sua vida por um ideal” e sugeriu que o presidente, “que sempre manteve um bom diálogo com a Igreja”, peça à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que converse com o bispo, abrindo uma negociação que envolva a Igreja e entidades não-governamentais para que se encontre uma solução que atenda a todos.

O parlamentar lembrou que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 27/01) pela revitalização do rio, que tramita há mais de quatro anos e está hoje na Câmara dos Deputados. Segundo Valadares, os governistas concordaram com a aprovação da matéria com algumas modificações e ela terá agora que voltar ao Senado. Ele afirmou que se a proposta já tivesse sido aprovada “não se teria chegado a essa situação”.

Em aparte, os senadores Paulo Paim (PT-RS), José Jorge (PFL-PE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) se associaram ao apelo para que o presidente abra o diálogo com o bispo em greve de fome.



Obra afeta área indígena e deve passar pelo Congresso, opina Antonio Carlos

Para ACM, projeto deve ser examinado pelo Congresso

Antonio Carlos Magalhães protestou contra o projeto de transposição de águas do rio São Francisco e afirmou que as obras precisariam ser autorizadas pelo Congresso. Ele também se solidarizou com o bispo dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome contra o projeto.

– Cabe ao presidente impedir a morte de um bispo e de um rio – sustentou Antonio Carlos.

O senador argumentou que a transposição do São Francisco precisa ser autorizada pelo Congresso, tendo em vista que, segundo ele, um dos pontos em que será captada a água do rio localiza-se a cem metros de uma reserva indígena. De acordo com o artigo 49 da Constituição, observou, é competência exclusiva do Congresso “autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais”.

Para o parlamentar, a obra de transposição é inútil e dispendiosa, servindo para beneficiar apenas os empreiteiros “que depois beneficiarão os aliados do governo com doações de campanha”. Ele apontou também a necessidade de revitalizar o rio e alertou para a possibilidade de uma crise energética devido à queda da vazão de suas águas. Antonio Carlos afirmou que as hidrelétricas que utilizam as águas do São Francisco estão funcionando com sua capacidade mínima.



Transposição resultará em benefícios à população, afirma Fernando Bezerra

Fernando Bezerra pede racionalidade nas discussões

Fernando Bezerra fez um apelo em Plenário para que as discussões sobre o projeto de transposição de águas do rio São Francisco sejam feitas de maneira racional. Ele disse ter a convicção de que as obras não trarão qualquer prejuízo à população dos estados nordestinos afetados pelo empreendimento, tais como Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

– Vejo de forma lamentável que prevalece o emocional acima do racional, de uma forma que procura sensibilizar a religiosidade do povo brasileiro – comentou Bezerra.

Referindo-se à greve de fome do bispo dom Luiz Flávio Cappio, o senador disse ter certeza de que a decisão do religioso “não é política, mas sim eivada do desconhecimento dos benefícios a serem propiciados pelo projeto”. Bezerra se propôs a discutir o projeto em qualquer lugar do país.

Em aparte, Antonio Carlos Magalhães aceitou a proposta de discussão do projeto, dizendo que conhecia as razões de Fernando Bezerra para defendê-lo, ao lembrar que o senador pernambucano foi ministro da Integração Nacional no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também criticou o projeto de transposição, sobretudo por inviabilizar futuros sistemas de irrigação em trechos do rio São Francisco em Minas Gerais.



César Borges relata encontro emocionado com o bispo em greve de fome

Governo quer dividir o Nordeste, afirma César Borges

O governo insiste em dividir o Nordeste com a obra de transposição do rio São Francisco, colocando alguns senadores em situação difícil por se manifestar contra a proposta, assinalou ontem César Borges, ao informar que visitou no sábado o bispo dom Luiz Flávio Cappio, em greve de fome pela paralisação do projeto. De acordo com o senador, ele, assim como outras autoridades presentes, se emocionaram com o contato com o religioso.

César Borges destacou que o bispo é um homem equilibrado, que viu se esgotarem todas as possibilidades para salvar o São Francisco. Ele disse estranhar a tenacidade do governo em manter essa obra quando todos se manifestam contra, inclusive o Banco Mundial.

Para Borges, dom Luiz Flávio respondeu carta do presidente Lula com muita firmeza e reforçou sua intenção de levar adiante sua greve de fome para revogar o projeto de transposição.

– Veja a clareza das suas colocações e o que solicita. Todos concordam que o governo deve procurar ouvir os nordestinos – afirmou o parlamentar ao ler em Plenário a carta do frei.

O bispo também teve a preocupação de escrever à população nordestina para dizer que o povo está sendo enganado pelo governo federal sobre os benefícios da obra, informou ainda o senador pela Bahia.



Garibaldi também defende um esforço para revitalização do São Francisco

Garibaldi condena greve de fome e apóia a transposição

Garibaldi Alves Filho criticou a atitude do bispo dom Luiz Flávio Cappio de fazer greve de fome contra a transposição de águas do rio São Francisco, argumentando que uma pequena parcela de suas águas serão utilizadas no projeto e que a transposição de bacias é corriqueira em outros países. O senador disse ser favorável a um esforço consistente de revitalização do rio para que este “renasça em todo seu esplendor”, sem, no entanto, negar a importância da transposição para o semi-árido do Nordeste, pois acredita que a obra pode ser alavanca de transformação do rio São Francisco.

– Não creio que a atitude do bispo se justifique. É um atentado contra os valores evangélicos. A atitude do prelado tem, no entanto, a virtude de chamar a atenção para que o rio não perca sua pujança – avaliou.

Ele lembrou projeto de autoria do senador Antônio Carlos Valadares que cria um fundo para a revitalização do rio (PEC 27/01). Garibaldi propôs que se assumisse compromisso com o bispo e os interessados na transposição para realizar esforços capazes de livrar o rio de danos ambientais que colocam em risco a produção de energia elétrica.

O senador mencionou o monsenhor Expedito Medeiros, do Rio Grande do Norte, chamado “O Apóstolo das Águas”, que era favorável à transposição.



Para José Jorge, perdão de dívidas de países africanos é um dos fracassos da política externa

José Jorge critica política externa do governo Lula

O líder do bloco da minoria (PFL/PSDB) no Senado, José Jorge (PFL-PE), criticou ontem a política externa do governo federal. O parlamentar listou o que considera uma série de fracassos do Executivo, como o perdão de dívidas de países africanos.

José Jorge também criticou declaração do presidente Lula de que a Venezuela “teria democracia em excesso”, feita na semana passada durante encontro com o presidente daquele país, Hugo Chávez.



Pequenos criadores de gado também devem ter dívidas renegociadas, defende Raupp

Raupp quer mais prazo para pecuaristas

A inclusão dos pequenos criadores de gado entre os produtores rurais contemplados com a renegociação das dívidas foi o apelo formulado ontem, ao governo federal, pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

O problema, de acordo com o senador, é que a Resolução 3.269 do Banco Central, que autoriza a prorrogação das parcelas das dívidas, contempla apenas os produtores de algodão, arroz, milho, trigo e soja, deixando de fora todos os pecuaristas, até mesmo os pequenos.

Líderes partidários reúnem-se hoje de manhã com o presidente do Senado. Ontem, foi anunciado acordo de procedimentos para exame da medida provisória que desonera produção

MP do Bem pode ser votada hoje no Senado e amanhã na Câmara

A MP do Bem deverá ser votada hoje no Plenário do Senado, de acordo com o relator do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), e o líder do governo na Casa, Aloizio Mercadante (PT-SP). Eles se reuniram, durante boa parte do dia, com Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN) – respectivamente, os líderes do PSDB e do PFL no Senado – e anunciaram que houve acordo de procedimentos para garantir a votação. Com esse mesmo objetivo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, convocou uma reunião de lideranças para hoje, às 10h30.

– Isso tem de ser feito nesta quarta-feira, para permitir que a Câmara vote o projeto já no dia seguinte [quinta-feira]. Temos urgência para resolver

a questão porque, com o feriado de 12 de outubro, dificilmente a Câmara terá quórum na semana que vem – explicou Mercadante, ao lembrar que o prazo para aprovação da MP do Bem se encerra em 13 de outubro.

Romero Jucá confirmou que o projeto receberá, no Senado, emenda que beneficia os municípios em relação às suas dívidas com a Previdência Social. Esses débitos poderão ser renegociados e parcelados em até 240 meses – em vez do limite atual de 60 meses. Essa medida, segundo Jucá, tem o objetivo de “viabilizar” as prefeituras, uma vez que a inadimplência com a Previdência lhes impõe uma série de restrições, como a interrupção dos repasses do Fundo de Participação

dos Municípios.

O relator anunciou a retirada de uma das alterações feitas pela Câmara na MP do Bem: a mudança dos valores de classificação de micro e pequenas empresas que podem se enquadrar no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos (Simples). Atualmente, o Simples considera microempresas aquelas que têm receita bruta anual de até R\$ 120 mil; e pequenas empresas aquelas com até R\$ 1,2 milhão. Com a alteração realizada na Câmara, esses limites haviam sido elevados para R\$ 240 mil e R\$ 2,4 milhões.

MP do Bem é a denominação informal da Medida Provisória 252/05, que, alterada na Câmara, transformou-se no Projeto de Lei de Conversão 23/05.

Projeto sobre gestão de florestas não tem consenso na CCJ

Em reunião com líderes partidários, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defendeu ontem a aprovação pelo Senado do texto original do projeto de lei de gestão de florestas públicas (PLC 62/05). Ela quer evitar que o projeto volte à Câmara e concorda com a hipótese de regulamentação dos pontos polêmicos por lei específica. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), não abre mão, entretanto, de apresentar, na reunião, substitutivo com diversas alterações no projeto original.

– Vou mostrar as inconstitucionalidades do projeto e os pontos que colocam em risco a economia e a soberania nacional – disse Mozarildo.

Sibá: ajuda a famílias prejudicadas pelo fogo

Sibá Machado (PT-AC) registrou a visita, no fim de semana, da ministra Marina Silva, juntamente com o governador do estado, Jorge Viana, às florestas atingidas por queimadas no estado do Acre. Segundo Sibá, ficou acertado que será feito um trabalho conjunto entre os governos federal e estadual para melhorar a situação das famílias atingidas.

Sibá comentou a reunião realizada ontem entre Marina Silva, líderes partidários e senadores da Comissão de Justiça, em que foram discutidos os diversos pontos do projeto sobre gestão de florestas públicas. Segundo Sibá, é possível chegar a um acordo para a votação do projeto.



Marina Silva (entre Romero Jucá e Aloizio Mercadante) debate proposta com senadores

Jefferson Péres (PDT-AM) comprometeu-se a apresentar projeto para regulamentar os pontos polêmicos caso o texto original seja aprovado. Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC)

comparou as concessões de exploração das florestas às antigas capitâneas hereditárias. Ele teme que a população tradicional seja usada como mão-de-obra escrava.

Secretários avaliam impacto do uso de armas na saúde da população

O secretário de Saúde do Pará, Fernando Dourado, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, nota técnica elaborada pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) que avalia o impacto das armas de fogo na saúde da população e objetiva subsidiar as secretarias estaduais sobre o resultado parcial da campanha do desarmamento e sobre o referendo que será realizado em 23 de outubro.

Dourado observou que o Conass acredita que a socialização dos dados sociais e epidemiológicos pode contribuir para o esclarecimento do cidadão sobre o atual quadro de violência e auxiliar na tomada de

decisão no referendo que vai definir se o Brasil deve ou não continuar permitindo a comercialização de armas e munições.

Baseado em dados do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informação de Mortalidade, o relatório reúne as ocorrências de ferimentos e mortes por armas de fogo no período de 2000 a 2004. Segundo o documento, o Sistema Único de Saúde (SUS) teve, nesse período, um gasto de R\$ 540.197.100,63 com “morbidade hospitalar por causas externas”. Entre janeiro e dezembro de 2004, o SUS gastou R\$ 18.984.689,09 com internações causadas por lesões de armas.



Eduardo Suplicy avalia que assassinato de Vladimir Herzog mudou os rumos da ditadura

Suplicy quer homenagear Vladimir Herzog

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento para que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 26 de outubro seja dedicado à memória dos 30 anos da morte de Vladimir Herzog. O requerimento será votado posteriormente junto com um outro, com o mesmo objetivo, do senador João Capiberibe (PSB-AP).

Para Suplicy, o assassinato de Vladimir Herzog nos porões da Operação Bandeirantes, ocorrido em 25 de outubro de 1975, mudou os rumos da ditadura militar, que se instalou no Brasil em 1964, pois, pela primeira vez desde o golpe, as vozes não se calaram mais diante da crueldade e do autoritarismo.

Flexa Ribeiro elogia atuação do Interlegis

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) elogiou o Programa Interlegis, desenvolvido pelo Senado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Programa Interlegis, que tem o objetivo de modernizar e integrar o Poder Legislativo brasileiro, conta atualmente com a adesão de 3.899 câmaras municipais, de um total de 5.560 no país, além de 26 assembleias legislativas e a Câmara Distrital.

– Com o Interlegis, vereadores e deputados estaduais podem realizar reuniões que são transmitidas por meio de vídeo, com senadores e deputados federais, sem terem que se locomover até Brasília.